



Câmara Municipal de Mêda

Ata Número 15

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda

Realizada no dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e seis

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas, realizou-se a Reunião Ordinária do Executivo Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor António César Valente Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mêda. Estiveram presentes, pela coligação AD-PSD/CDS, a Senhora Vereadora Carla Sofia Silva Sequeira e o Senhor Vereador Carlos Alberto Batoco Montês. Igualmente esteve presente o Senhor Vereador Carlos Bruno Fial Pereira, eleito pelo Partido Socialista (PS). O Senhor Vereador Anselmo Antunes de Sousa não compareceu na reunião, tendo justificado a sua ausência. -----

A Reunião, foi secretariada pela Assistente Técnica desta Autarquia, Letícia Lopes Almeida. -----
Verificada a existência de "quórum", foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção do público; -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Análise e aprovação da ata número 14 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia oito de maio de dois mil e vinte e seis;

Ponto 2 – Auto de medição n.º 4 - Empreitada de Reparação / Requalificação da Escola do 2.º e 3.º Ciclos e Secundária de Mêda; **Ponto 3** - Aprovação do auto n.º 11 e resumo da situação da empreitada - Empreitada de Beneficiação do Caminho Municipal Cancelos – Santo Amaro e Cancelos – Areola; **Ponto 4** - Aprovação do auto n.º 2 e resumo da situação da empreitada - Empreitada de Recuperação do Solar dos Abreu – Requalificação dos Serviços para Serviço Público; **Ponto 5** - Terceiro pedido de prorrogação de prazo - Empreitada de Beneficiação de Estradas no Concelho - Ranhados e Fonte Longa; **Ponto 6** - Empreitada de Beneficiação de Estradas no Concelho - Aprovação de Trabalhos Complementares 3; **Ponto 7** -Alteração à tabela de preços praticados nos bares das piscinas municipais, parque de campismo e da casa da cultura; **Ponto 8**- Proposta de atribuição de subsídios no âmbito do regulamento municipal de incentivo à natalidade e apoio à família; **Ponto 9**– Atribuição de apoio financeiro ao Moto clube de Mêda para realização do evento «pequeno almoço motard 2026; **Ponto 10** - Fomento da Produção pecuária no concelho de Mêda – 2025; **Ponto 11**- Proposta de aprovação das normas de funcionamento e participação do evento "v feira das atividades do mundo rural" (quanto aos expositores e exposição de matilhas de cães de caça maior e menor) – aprovação das normas sanitárias; **Ponto**



12- Proposta de Aprovação das Normas Gerais de Participação do evento "Há Beira e Douro 2026"; **Ponto 13-** Proposta de Aprovação da Nova Identidade gráfica do Município;

Almeida

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----
Intervenção do público; -----
Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----
Situação financeira – Conhecimento; -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, saudou os senhores Vereadores, dando início à reunião, não existindo intervenções do público prosseguiu. Referiu que pretendia reportar algumas situações de reuniões importantes, numa dessas reuniões na CIM foi essencialmente analisada a participação conjunta dos municípios em vários eventos de promoção territorial e turística, considerando tratar-se de uma matéria relevante no âmbito da estratégia de comunicação atualmente em curso. Referiu concretamente a participação na FITUR e na BTL, bem como a possibilidade de participação noutra iniciativa no norte de Espanha, situação que ficou ainda sujeita a análise posterior. Sublinhou que o mais importante teria sido a avaliação da estratégia de promoção conjunta dos municípios, considerando relevante o reforço dessa presença institucional e promocional. Informou igualmente que esteve presente na DECIR, realizada em Figueira de Castelo Rodrigo, no âmbito do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, matéria que considerou de elevada preocupação para o concelho, sobretudo atendendo aos acontecimentos registados no ano anterior. Referiu que, apesar das previsões existentes, o crescimento abundante de espécies autóctones nos montes do concelho poderia voltar a criar dificuldades no presente ano, motivo pelo qual entendeu ser importante assinalar essa preocupação, na presença do Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, Dr. Rui Rocha. Acrescentou que, no mesmo dia, decorreu igualmente Marialva Medieval, que contou com a presença do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, Carlos Abreu Amorim. Referiu que faria chegar posteriormente o relatório relativo à atividade desenvolvida, esclarecendo que, devido à gestão do tempo e ao curto período, entretanto decorrido, de apenas quatro ou cinco dias, ainda não dispunha do documento concluído. Explicou que pretendia apresentar informação detalhada sobre a atividade realizada e o respetivo impacto, nomeadamente ao nível da interação nas redes sociais e nas plataformas de divulgação cultural, considerando importante que a avaliação dos eventos fosse efetuada com base em dados concretos e não apenas na perceção pública. Manifestou a expectativa de que, na próxima reunião de Câmara, o referido documento já esteja concluído, permitindo posteriormente comunicar os respetivos resultados à Assembleia Municipal. Informou que, no período da manhã tinha decorrido no concelho a primeira etapa do Prémio da Primeira Série da Estrela, na sua oitava edição, referindo tratar-se de um projeto iniciado há oito anos e que se encontrava atualmente consolidado no panorama desportivo nacional e internacional. Sublinhou que o reconhecimento alcançado resultava não apenas do trabalho desenvolvido no presente ano, mas sobretudo do percurso realizado ao longo dos últimos anos, desde a inauguração e implementação do projeto, há oito anos atrás, traduzindo a concretização de objetivos definidos de forma continuada ao longo do tempo. Referiu que realizou um direto para a NOW e para a V+ TVI, estando igualmente prevista a transmissão do evento na TVI, em horário nobre, considerando essa divulgação importante para a promoção do território. Sublinhou que a preocupação não se centrava apenas na Mêda, mas sim na filosofia de valorização do território como um todo. Referiu que, enquanto Presidente da Câmara Municipal da Mêda, naturalmente se preocupava com o concelho, mas entendia ser igualmente fundamental reconhecer a integração do município num território mais alargado, defendendo que os municípios envolvidos deveriam atuar e comunicar de forma articulada e com uma só voz. Acrescentou que o mais importante seria o conjunto dos quinze municípios envolvidos, integrados na CIM Beiras e Serra da Estrela, bem como Penamacor, que, apesar de pertencer à CIM Beira Baixa, participa desde o início do evento, também pelo facto de integrar a Associação da Cova da Beira. Informou ainda que, no dia anterior, decorreu na Mêda uma reunião da



Almeida

Associação Douro Superior, no âmbito da política de descentralização das reuniões promovida pela própria Associação, procurando evitar que as mesmas se realizassem sempre na sede da entidade. Referiu que esta dinâmica tem permitido percorrer os oito municípios que integram a Associação Douro Superior, tendo cabido à Mêda acolher a reunião realizada no dia anterior, onde a receção e os trabalhos decorreram na Casa da Cultura. Sublinhou igualmente a importância da Associação Douro Superior para a componente de desenvolvimento do território, considerando relevante o trabalho desenvolvido em articulação entre os municípios que dela fazem parte. Informou que, foi realizada a escritura do segundo lote da Zona Industrial, salientando que considerava importante que esse facto ficasse devidamente registado em ata. Recordou que a escritura do primeiro lote tinha sido celebrada algumas semanas antes, encontrando-se agora concretizada a segunda escritura, relativa a um empresário já instalado na Mêda há vários anos e que enfrentava dificuldades de licenciamento no local onde desenvolvia a sua atividade, devido às limitações impostas pela zona envolvente, que não permitiam a construção de edifícios permanentes, motivo pelo qual se encontrava a laborar num edifício modular. Considerou que esta situação deveria constituir motivo de congratulação para todos, sem exceção. Referiu tratar-se de um processo iniciado há cerca de trinta anos, com a aquisição dos respetivos lotes, reconhecendo que a disponibilização efetiva da infraestrutura ao tecido empreendedor demorou mais tempo do que o desejável. Contudo, salientou que o mais importante seria, no momento atual, criar condições para que os empresários e cidadãos do território e do concelho disponham das condições mínimas necessárias para desenvolver a sua atividade económica. Manifestou ainda a sua satisfação pelo facto de os Senhores Vereadores também terem estado presentes posteriormente no Mêda Invest. Esclareceu que esta segunda escritura não assumiu o caráter de inauguração ou cerimónia formal semelhante à realizada a celebração do primeiro lote, defendendo que este tipo de procedimentos deve passar a decorrer com normalidade e naturalidade no funcionamento da Zona Industrial. Recordou que, no âmbito da primeira escritura, foram convidados Deputados e membros de Junta de Freguesia, mas considerou que, daqui em diante, estes atos deveriam integrar a dinâmica normal de ocupação dos lotes, até porque existem ainda mais espaços disponíveis para serem requisitados pelos empresários do concelho. Solicitou igualmente que ficasse registado em ata o desejo de sucesso ao casal empresário envolvido neste investimento, referindo tratar-se de pessoas já conhecidas na Mêda, com ambição de desenvolver o seu negócio, criar postos de trabalho e gerar riqueza para o concelho. Concluiu afirmando que essa seria, para si, a parte mais importante de todo o processo, seguidamente deu a palavra aos senhores Vereadores para apresentarem as suas intervenções.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, começou por cumprimentar o senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, a Senhora Vereadora e a assistente técnica que exerce funções de secretária da reunião. Referiu que pretendia associar-se às palavras anteriormente proferidas pelo senhor Presidente relativamente à atribuição de lotes na nova Zona Industrial, renovando os votos para que este processo se torne cada vez mais frequente e natural, de forma “corriqueira” por considerar que tal representa a resposta a uma necessidade e carência de longa data do concelho. Manifestou igualmente votos de sucesso ao empreendedor envolvido, desejando que o investimento agora concretizado venha a traduzir-se num período positivo e profícuo para a atividade profissional da empresa. Acrescentou que trazia algumas considerações para apresentar na reunião, mas que, atendendo ao facto de o Senhor Presidente ter referido a questão do Mercado Medieval e pretender abordá-la posteriormente com maior profundidade, entendeu reservar essas observações para esse momento, evitando a repetição de assuntos. Prosseguindo a sua intervenção, trazendo novamente a debate a situação da saúde, considerando tratar-se de uma matéria que preocupa todo o território. Referiu que, nessa mesma semana, outro concelho da região se encontrava igualmente envolvido numa luta semelhante, relacionada com os respetivos serviços de saúde, em Trancoso mencionando concretamente as



Almeida

Freguesias de Guilherme e Reboleiro. Sublinhou que a realidade vivida ao nível do distrito, da região, do território e do próprio concelho era motivo de grande preocupação, afirmando acreditar cada vez mais que apenas através da união entre os municípios afetados por estas carências que considerou numerosas, no distrito e na área da ULS da Guarda seria possível alcançar resultados efetivos. Defendeu que poderiam vir a ser necessárias formas de luta mais firmes e expressivas do que aquelas que têm vindo a ser adotadas, por entender existir, por parte da tutela, uma atitude de adiamento e desvalorização do problema, aguardando que a situação acabe por se dissipar sem resolução concreta. Considerou que o território não podia continuar a conviver com esta realidade, relatando que, tanto no concelho como em outros municípios, surgiam frequentemente episódios que classificou como preocupantes e inadmissíveis no acesso aos cuidados de saúde. Dirigiu ainda mais uma vez um apelo ao Senhor Presidente relativamente à questão protocolar, desta vez associada à visita do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, Carlos Abreu Amorim, referindo que, enquanto Vereador, não tinha sido informado da realização da visita, manifestou que não foi remetida qualquer comunicação, nomeadamente por correio eletrónico, relativamente à visita em causa. Recordou que, na última reunião, já após a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente havia mencionado a possibilidade de estar prevista a presença da Senhora Ministra do Ambiente, ficando de posteriormente confirmar essa situação. Esclareceu que não esteve presente na iniciativa por motivos pessoais e profissionais, nomeadamente por ter tido necessidade de ir buscar o filho durante a tarde, regressando ao serviço apenas mais tarde. Ainda assim, considerou importante deixar registada a sua preocupação relativamente à representação institucional dos Vereadores da oposição nestas iniciativas. Referiu que, observando as fotografias de divulgação pública do evento, poderia ser criada a perceção externa de que os Vereadores do Partido Socialista não estariam interessados ou envolvidos nas atividades do concelho, uma vez que apenas surgiam representadas pessoas associadas politicamente à atual coligação. Considerou que essa situação não dignifica o funcionamento institucional do Município. Acrescentou que, embora não tenha uma postura de confronto permanente ou de intervenção assente em conflitos e exigências constantes, tal não significa desatenção relativamente aos assuntos do concelho, sublinhando que acompanha com atenção as diversas situações e iniciativas municipais. Referiu que possui uma forma própria de estar na vida política e institucional, considerando, contudo, que deveria existir maior zelo institucional nestas matérias. Relativamente à Estrada de Longroiva, assunto que referiu já ter sido abordado em Assembleia Municipal, informou que constatou recentemente a remoção de alguns detritos resultantes das derrocadas que ainda permaneciam nas bermas da estrada e que dificultavam o trânsito. Ainda assim, referiu que, ao observar a via com maior atenção, verificou tratar-se de uma estrada que apresenta diversos problemas recorrentes para o Município, sobretudo em períodos de intempéries e chuva. Saliu que existem zonas onde os muros de sustentação evidenciam sinais de degradação e cortes estruturais, questionando se existe algum plano de intervenção previsto para aquela estrada. Questionou igualmente se estaria a ser equacionada a possibilidade de encerramento da via ao tráfego de pesados, recordando que essa hipótese já tinha sido mencionada anteriormente pelo Senhor Presidente da Junta de Longroiva em Assembleia Municipal, considerando que tal poderia constituir uma medida de segurança importante. No que respeita a Longroiva, solicitou um ponto de situação relativamente ao Centro Interpretativo, questionando se existe atualmente alguma medida ou intervenção prevista para aquela obra. Considerou tratar-se de uma oportunidade relevante para diversificar a oferta turística do concelho, tanto do ponto de vista territorial ao criar um novo polo fora da Mêda e de Marialva, que identificou como os principais focos de atração do concelho como ao nível dos conteúdos, dada a riqueza patrimonial existente, especialmente no âmbito termal, questionando igualmente se já existe algum planeamento ou



446me.102

programação definidos relativamente aos conteúdos a integrar no Centro Interpretativo. Por fim, solicitou um ponto de situação relativamente aos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, questionando se se mantêm os valores e condições do ano anterior ou se está prevista a assinatura de novos acordos. Perguntou igualmente se está a ser ponderada alguma revisão dos preços e custos estipulados, nomeadamente ao nível do valor pago por quilómetro na limpeza de caminhos, atendendo ao contexto inflacionista que se tem vindo a verificar, terminou agradecendo.

Usou da palavra o Sr. Presidente César Figueiredo, relativamente aos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, referiu que as preocupações apresentadas eram pertinentes. Informou que, durante o corrente ano, iria iniciar-se um novo processo negocial, esclarecendo que os acordos atualmente em vigor resultam de negociações desenvolvidas em anos anteriores. Recordou que, no último quadriénio, houve um aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, situando-se a média desse reforço em cerca de 20%, medida que surgiu inicialmente no contexto das intempéries ocorridas em 2022 e 2023. Acrescentou que, posteriormente, foi deliberada em Executivo a manutenção de parte dessas transferências, mesmo após ultrapassada a situação excecional das intempéries. Referiu compreender essa necessidade, também pela experiência adquirida enquanto Presidente de Junta de Freguesia, considerando cada vez mais é importante adotar as Juntas meios e ferramentas que lhes permitam responder às necessidades das populações. Informou ainda que, no último quadriénio, não foi possível alcançar acordo com todas as Juntas de Freguesia, uma vez que cada Presidente de Junta possui a sua própria visão e entendimento, situação que considerou natural em contexto democrático. Ainda assim, defendeu que as Juntas não devem ser prejudicadas ao nível das transferências enquanto o processo negocial não estiver concluído, devendo manter-se, pelo menos, os valores anteriormente praticados, evitando penalizações financeiras. Acrescentou existir igualmente o compromisso do Executivo, já anteriormente referido em Assembleia Municipal, de criar até ao final do ano um Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia. Explicou que, caso as obras atualmente em curso ainda não estejam concluídas nessa altura, será encontrada outra solução de espaço nas proximidades da Câmara Municipal, embora a intenção inicial seja instalar esse gabinete no edifício adjacente, esclarecendo que o objetivo passa por disponibilizar às Juntas uma estrutura de apoio com ligação aos diversos serviços municipais. Relativamente ao Centro Interpretativo de Longroiva, o Senhor Presidente referiu que não existe apenas um centro interpretativo, mas dois espaços dessa natureza em Longroiva. Defendeu que deverá existir uma filosofia diferente relativamente a estes equipamentos, assumindo, enquanto Presidente da Câmara, a visão de que os centros interpretativos devem efetivamente valorizar o potencial turístico do território, mas também garantir condições para atrair visitantes e assegurar que os espaços sejam efetivamente utilizados e visitados. Esclareceu que o espaço foi recuperado no âmbito de um financiamento específico, existindo a obrigação de garantir que o mesmo se encontre devidamente dotado e em funcionamento, de forma a salvaguardar o cumprimento das condições associadas aos apoios atribuídos. Referiu não ter informação de que exista qualquer risco de perda desses financiamentos. Acrescentou que, o centro interpretativo existe efetivamente, embora não se encontre atualmente aberto ao público de forma permanente, por entender que aquele não deverá constituir o principal polo de Longroiva. Defendeu que é necessário definir previamente uma estratégia mais ampla para o Castelo de Longroiva e perceber qual deverá ser o papel integrado dos diferentes espaços existentes na freguesia. Explicou que, os investimentos incorporados no primeiro projeto e nos equipamentos já existentes resultam do compromisso assumido pelo Município no sentido de não perder os fundos comunitários atribuídos, situação que afirmou estar salvaguardada. Referiu ainda que já foram realizadas atividades naquele



Almeida

espaço e que as mesmas continuarão a ocorrer, embora talvez não com a frequência desejável. Sublinhou concordar com a necessidade de descentralização da atividade cultural e turística, evitando a concentração exclusiva das iniciativas na Mêda. Contudo, considerou igualmente que não deve existir uma excessiva dispersão de equipamentos interpretativos numa mesma Freguesia, defendendo que Longroiva deverá ter um centro interpretativo estruturante, devidamente qualificado e funcional, em vez de vários espaços sem uma estratégia integrada. Referiu existir a possibilidade de integrar no projeto um conjunto significativo de artefactos e livros pertencentes ao Dr. Adriano Vasco Rodrigues, cuja família demonstrou disponibilidade para ceder ao Município, considerando que faria todo o sentido articular esse património entre a Biblioteca Municipal e o Centro Interpretativo de Longroiva. Referiu que o Município já manifestou interesse na integração desse tipo de peças patrimoniais, procurando garantir-lhes a devida dignidade e valorização. Defendeu que esta deverá ser uma discussão pública e política séria, centrada na definição daquilo que se pretende para Longroiva, Freguesia que considerou possuir um enorme potencial turístico e patrimonial, à semelhança de Marialva. Contudo, alertou novamente para o risco de banalização de espaços interpretativos, entendendo que os visitantes devem conseguir perceber claramente o que estão a visitar e qual o conceito associado a cada espaço, manifestando abertura a sugestões. Referiu igualmente que não pretende colocar em causa o Centro Interpretativo já existente, resultante de uma candidatura desenvolvida no anterior quadriénio e que considerou estar atualmente ao serviço dos interesses da população, reconhecendo que o espaço deve continuar a ser dignificado. Referiu afirmando que o Município não dispõe de condições para manter dois centros interpretativos de igual natureza numa localidade como Longroiva, sendo necessária uma decisão política equilibrada que permita salvaguardar os financiamentos, mas também definir qual o espaço mais emblemático e visitável, podendo o outro vir a ser utilizado para fins complementares ligados à valorização cultural, sem comprometer os objetivos associados à candidatura que lhe deu origem. Relativamente a estrada de Longroiva será enquadrada no âmbito do FEM, tendo já sido transferido para o Município um montante aproximado de novecentos mil euros destinado à realização de trabalhos de recuperação, nomeadamente ao nível do pavimento, sinalização rodoviária e sinalética vertical. Esclareceu que os muros de suporte não se encontram incluídos nesse financiamento, apesar de alguns já terem colapsado após os incêndios, incluindo situações verificadas já no presente ano, nomeadamente na zona inferior do complexo termal. Ainda assim, referiu que o Município irá procurar resolver essas situações, eventualmente através de financiamento próprio, prevendo-se a respetiva intervenção ainda durante o corrente ano. Acrescentou que os trabalhos de limpeza já se encontram em curso e destacou a importância da renovação da sinalização vertical e horizontal, sobretudo durante o período de inverno e em situações de nevoeiro, considerando tratar-se de uma questão relevante para a segurança rodoviária. Relativamente à questão protocolar anteriormente levantada, afirmou não pretender fugir ao assunto, referindo que iria prestar todos os esclarecimentos necessários. Explicou que o entendimento inicial era o de que os Senhores Vereadores receberiam a informação por via informática, através da plataforma de correio eletrónico institucional, existindo já a confirmação da presença de um dos membros do Governo, situação que, à data, estava ainda a ser articulada relativamente ao Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, Carlos Abreu Amorim, que viria a estar presente em Marialva. Reconheceu, contudo, que existiu um problema informático que também o deixou incomodado, salientando que a situação não afetou apenas os Senhores Vereadores, mas igualmente Presidentes de Câmara e outras entidades que deveriam ter sido convidadas para o evento. Referiu que apenas se apercebeu do problema no próprio dia da iniciativa, quando verificou que várias pessoas não compareciam e indicavam não ter recebido qualquer convite. Acrescentou que ainda foi possível contactar alguns Presidentes de Câmara para minimizar a situação, embora



Alameda

vários já tivessem outros compromissos assumidos. Sublinhou que muitas entidades não estiveram presentes precisamente por não terem recebido o convite institucional. Esclareceu ainda que, segundo informação transmitida pela Senhora Vereadora, ocorreu um problema relacionado com o servidor informático, uma vez que os convites foram enviados em simultâneo e em bloco para todas as entidades, originando constrangimentos técnicos no sistema. Referiu que o Município não foi alertado para a falha no envio e que apenas no próprio dia se percebeu que os convites não tinham sido efetivamente entregues aos destinatários. Acrescentou que, apesar da crescente dependência dos meios informáticos, situações como a ocorrida demonstram que, por vezes, os suportes escritos tradicionais continuam a assumir importância relevante. Manifestou o entendimento de que a situação não se deverá repetir, assumindo igualmente uma autocritica pessoal enquanto Presidente da Câmara e órgão máximo do Executivo, referindo que lhe compete assegurar todos os esforços necessários para evitar falhas desta natureza. Acrescentou que, aproveitando o enquadramento do tema, o Município irá receber, no dia 26 de maio, uma visita da Câmara de Comércio Franco – Portuguesa, composta por empresários que realizarão uma visita ao concelho. Referiu desconhecer se os respetivos convites já teriam chegado aos destinatários, atendendo aos problemas entretanto verificados com o sistema de comunicações. Informou ainda que a deslocação se encontra em fase final de preparação, existindo apenas dúvidas relativamente ao horário de chegada da comitiva. Informou ainda que serão recebidos no Salão Nobre dos Paços do Concelho, estando prevista posteriormente uma visita ao Mêda Invest. Explicou que esta iniciativa decorre no seguimento do acordo assinado há três anos, bem como da sua participação, em Lisboa, numa edição de um encontro empresarial realizado no Centro Cultural de Belém, cujo nome referiu não recordar naquele momento. Acrescentou que, nessa ocasião, lançou o desafio para que empresários ligados à Câmara de Comércio de Paris visitassem o concelho da Mêda, não apenas numa perspetiva institucional, mas também com o objetivo de promover potenciais investimentos na Zona Industrial Municipal. Referiu que, caso a Senhora Vereadora ainda não disponha dessa informação organizada, será necessário proceder posteriormente ao respetivo enquadramento e articulação.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referiu que não considerava ter existido qualquer intenção ou má-fé na situação ocorrida sobre os convites, registando as justificações apresentadas e dando-as por esclarecidas. Relativamente ao Centro Interpretativo de Longroiva, observou que, provavelmente por lapso da sua parte, estava convicto de que o edifício da antiga escola primária já se encontrava sob gestão da Junta de Freguesia, motivo pelo qual entendia existir a necessidade de clarificação.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Ponto 1 - Análise e aprovação da Ata número 14 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia oito de maio de dois mil e vinte e seis;

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a ata nº14 referente à reunião Ordinária de Câmara realizada no dia oito de maio de dois mil e vinte e seis, devendo a mesma ser divulgada nos meios do Município.

Ponto 2 – Auto de medição n.º 4 - Empreitada de Reparação / Requalificação da Escola do 2.º e 3.º Ciclos e Secundária de Mêda;

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de medição n.º 4, no valor de 62.432,98



Almeida

€, referente à empreitada de Reparação / Requalificação da Escola do 2.º e 3.º Ciclos e Secundária de Mêda.

Ponto 3 - Aprovação do auto n.º 11 e resumo da situação da empreitada - Empreitada de Beneficiação do Caminho Municipal CANCELLOS – Santo Amaro e CANCELLOS – Areola;

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de medição n.º 11, no valor de 7.319,71 €, referente à empreitada de Beneficiação do Caminho Municipal CANCELLOS – Santo Amaro e CANCELLOS – Areola.

Ponto 4 - Aprovação do auto n.º 2 e resumo da situação da empreitada - Empreitada de Recuperação do Solar dos Abreu – Requalificação dos Serviços para Serviço Público;

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de medição n.º 2, no valor de 60.302,33 €, referente à empreitada de Recuperação do Solar dos Abreu – Requalificação dos Serviços para Serviço Público.

Ponto 5 - Terceiro pedido de prorrogação de prazo - Empreitada de Beneficiação de Estradas no Concelho - Ranhados e Fonte Longa;

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o terceiro pedido de prorrogação de prazo da empreitada de Beneficiação de Estradas no Concelho - Ranhados e Fonte Longa, por um período de 45 dias, fixando o novo prazo de conclusão em 24/06/2026.

Ponto 6 - Empreitada de Beneficiação de Estradas no Concelho - Aprovação de Trabalhos Complementares 3;

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, explicou que este ponto se relaciona com os trabalhos realizados na estrada entre Santo Amaro e Ranhados, existindo ligação à Capela de Santo Amaro. Referiu que essa intervenção não tinha sido contemplada no projeto inicial, apesar de ter existido um pedido nesse sentido por parte da Junta de Freguesia de Ranhados, que defendia a sua execução também como forma de valorizar o espaço envolvente à capela. Acrescentou que, no entendimento do Executivo, se trata de uma daquelas intervenções que fazem sentido realizar durante a execução da empreitada, uma vez que, não sendo efetuadas nesse momento, dificilmente serão concretizadas posteriormente ou apenas o serão muito mais tarde. Sublinhou ainda que a melhoria daquele acesso contribui para a valorização do património cultural do concelho, nomeadamente das capelas e dos respetivos espaços envolventes, enquadrando-se no âmbito dos trabalhos complementares legalmente admissíveis, respeitando os limites e percentagens previstos na legislação aplicável.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, deixou uma observação relativamente aos trabalhos complementares da empreitada, referindo que, de acordo com a informação constante da documentação disponibilizada, e considerando os trabalhos complementares n.º 1, n.º 2 e agora o n.º 3, no valor de cerca de 46 mil euros, o montante acumulado já representava aproximadamente 40% do valor inicial da adjudicação. Reconheceu que os valores se encontravam dentro dos limites legalmente permitidos, mas considerou importante analisar a fundamentação apresentada. Referiu que, na documentação, a justificação apontava para a existência de erros de medição que tornaram necessária a realização dos trabalhos complementares. Contudo, observou que a informação disponibilizada não identificava de forma



Almeida

concreta quais os erros de medição verificados, nem especificava claramente a natureza dessas incorreções, entendendo que seria útil existir um maior detalhe na fundamentação apresentada para melhor compreensão.

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto a votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos complementares 3 da empreitada de Beneficiação de Estradas no Concelho, no valor de 46.899,15 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Ponto 7 -Alteração à tabela de preços praticados nos bares das piscinas municipais, parque de campismo e da casa da cultura;

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração à tabela de preços praticados nos bares das Piscinas Municipais, Parque de Campismo e Casa da Cultura, nos termos constantes da tabela anexa à proposta.

Ponto 8- Proposta de atribuição de subsídios no âmbito do regulamento municipal de incentivo à natalidade e apoio à família;

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, relativamente ao documento em apreciação, referiu tratar-se de uma medida que considerava positiva e suscetível de reunir consenso transversal. Sublinhou que o objetivo passa por criar condições de apoio às famílias, permitindo que os seus filhos beneficiem, neste caso, das medidas de apoio à natalidade promovidas pelo Município. Reconheceu que este tipo de incentivo, por si só, não determina a decisão das pessoas de terem ou não filhos, mas considerou tratar-se de um apoio importante para os casais. Acrescentou que o concelho necessita de reforçar a sua capacidade de fixação e atração de população, entendendo que estas medidas constituem também uma forma de incentivo à natalidade e de reconhecimento para aqueles que optam por constituir família e ter filhos, contribuindo para o povoamento e renovação geracional do território.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, manifestou a sua satisfação relativamente à existência deste regulamento de apoio na comunidade, considerando tratar-se de uma medida importante para as famílias do concelho. Recordou que o apoio à natalidade foi implementado no mandato anterior para colmatar uma lacuna que então existia, respondendo à necessidade de criação de incentivos desta natureza. Referiu, contudo, que o Município deverá começar a refletir sobre a possibilidade de reforçar e complementar este tipo de medidas no futuro, reconhecendo que, para o ano em curso, tal já não seria exequível. Defendeu que seria importante evoluir para um modelo que não se limitasse apenas à atribuição de apoios financeiros, à semelhança do que acontece noutros territórios do interior do país, apostando igualmente em iniciativas e mecanismos de apoio que acompanhem as famílias ao longo de diferentes fases da infância. Considerou, por isso, que poderá ser útil ponderar, futuramente, medidas de caráter mais abrangente e continuado, capazes de reforçar o apoio às crianças e às famílias para além da componente de subsídio inicial. referiu que, apesar das dificuldades inerentes à criação de filhos, continua a considerar que é menos oneroso criar e educar uma criança num território como a Méda do que em grandes centros urbanos, como Lisboa. Salientou que, nesse contexto, existem já diversos serviços disponibilizados a custos reduzidos, incluindo atividades curriculares, natação, atividades desportivas e outras iniciativas promovidas ou apoiadas pelo Município. Ainda assim, entendeu que seria importante refletir sobre o reforço das políticas municipais de apoio às famílias, sugerindo que, no futuro, possam ser criadas medidas complementares ao apoio financeiro à natalidade. Entre os exemplos apontados, mencionou a possibilidade de criação de descontos ou gratuidades em serviços municipais, a implementação de um cartão



Ufame: do

municipal de família que pudesse ser utilizado no comércio local para aquisição de bens essenciais, bem como a eventual integração de benefícios fiscais municipais num pacote mais abrangente de apoio às famílias. Recordou que já existe uma redução do IMI para famílias numerosas, mas considerou que essa medida poderia ser enquadrada numa estratégia mais ampla de incentivo à natalidade e apoio familiar. Chamou ainda a atenção para aquilo que classificou como uma desigualdade existente entre freguesias do concelho, referindo que algumas atribuem apoios à natalidade e outras não, verificando-se também diferenças nos montantes atribuídos. Considerou que o Município poderia procurar promover um entendimento entre as diversas Juntas de Freguesia, no sentido de harmonizar essas políticas de apoio. Observou que a atual situação pode originar casos em que crianças são registadas em determinadas freguesias apenas por estas oferecerem apoios mais elevados, o que considerou pouco correto. Concluiu afirmando que não tinha qualquer objeção ao regulamento em apreciação, defendendo apenas que, ao longo do mandato, possa ser ponderado o seu reforço através de medidas mais abrangentes de apoio à família, prolongando o acompanhamento para além do nascimento e dos primeiros apoios financeiros, de forma a responder às dificuldades sentidas pelas famílias, em particular pela classe média.

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de incentivos à natalidade no âmbito do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, relativos às 15 candidaturas apresentadas, no valor global de 7.500,00 €, bem como aprovar a minuta de protocolo.

Ponto 9 – Atribuição de apoio financeiro ao Motoclube de Mèda para realização do evento «pequeno almoço motard 2026»;

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, esclareceu que o montante proposto não se destinava apenas à realização de um único evento, mas antes ao apoio do conjunto de iniciativas promovidas pela associação ao longo do ano. Explicou que o aumento do apoio financeiro se justificava pelo facto de, no ano anterior, ter sido atribuído um valor de dois mil euros e de a associação ter sinalizado dificuldades acrescidas, nomeadamente em consequência dos impactos resultantes dos incêndios, circunstância que condicionou a sua participação na Festa de Agosto. Referiu ainda que a associação não dispõe atualmente de capacidade financeira suficiente para assegurar, por meios próprios, a realização dos diversos eventos que promove ao longo do ano. Acrescentou que, embora não seja praticante, frequenta este evento há vários anos e reconhece a sua relevância para a promoção do concelho. Considerou que a presença de participantes oriundos de diferentes pontos do país contribui para valorizar a imagem do município e para criar relações duradouras com o território. Referiu que, nas deslocações que realiza fora do concelho, tem frequentemente oportunidade de ouvir referências positivas à atividade desenvolvida pelo Motoclube, entendendo que isso constitui motivo de orgulho para o concelho e para a comunidade local. Sublinhou, contudo, a necessidade de existir equilíbrio na atribuição dos apoios, tendo em consideração a dimensão financeira disponível e a importância das diferentes associações do concelho. Considerou que nenhuma associação é mais importante do que outra, embora cada uma desempenhe um papel específico e diferenciador na vida comunitária. Acrescentou que o encontro motard tem vindo a reunir, em anos anteriores, entre 500 e 600 participantes, manifestando o desejo de que esses números possam, pelo menos, manter-se. Salientou ainda que estes visitantes representam um contributo importante para a economia local, uma vez que muitos chegam ao concelho no dia anterior ao evento, utilizam os estabelecimentos de restauração, permanecem mais do que um dia e, em muitos casos, regressam posteriormente acompanhados pelas suas famílias para visitar o território.



Almeida

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referiu que nada tinha a opor relativamente à proposta apresentada. Manifestou concordância com as considerações anteriormente efetuadas pelo Senhor Presidente, reconhecendo que se trata de uma atividade dinâmica, com capacidade para promover o território e atrair visitantes ao concelho. Sublinhou ainda que o evento tem vindo a aumentar a sua notoriedade e influência ao longo das últimas edições, considerando, por isso, que o apoio proposto se revela adequado e justificado. Concluiu reiterando que não tinha qualquer objeção à atribuição do apoio proposto.

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro ao Motoclube de Mêda, no montante de 3.500,00 €, destinado a apoiar a realização do evento «Pequeno Almoço Motard 2026», bem como aprovar a minuta de protocolo.

Ponto 10 - Fomento da Produção pecuária no concelho de Mêda – 2026;

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição dos apoios no âmbito do Regulamento Municipal para o Fomento da Produção Pecuária no Concelho de Mêda, referentes às 85 candidaturas admitidas, no valor global de 32.566,00 €, nos termos das listas anexas.

Ponto 11- Proposta de aprovação das normas de funcionamento e participação do evento "v feira das atividades do mundo rural" (quanto aos expositores e exposição de matilhas de cães de caça maior e menor) – aprovação das normas sanitárias;

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as Normas de Funcionamento e Participação do evento "V Feira das Atividades do Mundo Rural", relativas aos expositores e à exposição de matilhas de cães de caça maior e menor, bem como aprovar as respetivas normas sanitárias.

Ponto 12- Proposta de Aprovação das Normas Gerais de Participação do evento "Há Beira e Douro 2026";

Nesto momento o **Sr. Presidente César Figueiredo**, apresentou o ponto.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, apresentou uma reflexão relativamente ao evento em apreciação, recordando que a iniciativa teve origem sob a designação de "Sunset vânico", evoluindo posteriormente para o conceito "Há Beira e Douro". Referiu compreender a lógica subjacente à alteração da designação e à evolução do próprio conceito do evento, contudo, considerou importante que a iniciativa não se transforme apenas num evento de arraial, defendendo que deverá continuar a manter uma forte ligação aos produtores, aos técnicos e ao setor vitivinícola, preservando a sua identidade original. Observou que, em edições anteriores, nomeadamente na realizada no ano anterior, lhe pareceu existir alguma tendência para aproximar o evento de um formato mais semelhante a um arraial popular, entendendo que tal poderá desvirtuar os objetivos específicos que estiveram na base da sua criação. Esclareceu que não tem qualquer objeção aos arraiais populares, pelo contrário, afirmando apreciar esse tipo de iniciativas e participar nelas. Ainda assim, defendeu que cada evento deve preservar a sua natureza própria e respeitar o conceito para o qual foi concebido. Por fim, considerou que Longroiva constitui um local adequado para a realização da iniciativa, recordando que no ano anterior o mesmo decorreu na "Beira" no Vale Flor e este ano será no "Douro". Entendeu que a realização do evento naquela Freguesia poderá contribuir para valorizar tanto a localidade como o próprio conceito da iniciativa.



Umeda

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, esclareceu que o evento “Há Beira e Douro” não surgiu para substituir qualquer outra iniciativa, possuindo identidade e filosofia próprias. Referiu que o conceito assenta precisamente na valorização dos territórios da Beira e do Douro e naquilo que estes representam do ponto de vista agrícola, vitivinícola e cultural. Acrescentou que, do ponto de vista organizativo, seria muito mais simples realizar o evento todos os anos no mesmo local, dando como exemplo Marialva, que classificou como um espaço com uma envolvimento privilegiada e particularmente adequada para este tipo de iniciativas. Referiu igualmente que seria até mais fácil organizar o evento na Mêda, aproveitando infraestruturas existentes, como a Nave Municipal, e beneficiando de investimentos já realizados que permitiriam repetir anualmente o mesmo modelo de organização. Contudo, defendeu que o Município deve ter orgulho nas suas Freguesias e no seu património, considerando que todas as Freguesias pertencentes ao espaço da Beira ou do Douro devem ter oportunidade de acolher e beneficiar deste festival. Sublinhou que esta opção permite, desde logo, que o investimento efetuado pelo Município tenha impacto direto nas Freguesias que recebem o evento, através da melhoria de espaços e condições que permanecem disponíveis para utilização ao longo do ano. Acrescentou ainda que a descentralização do festival constitui uma forma de reconhecer e valorizar a relevância de cada Freguesia no panorama agrícola e vitivinícola do concelho. Recordou, a esse propósito, que a edição anterior decorreu em Vale Flor, salientou que não se pode ignorar a relevância de Vale Flor no contexto da produção vitivinícola regional, referindo que ali se encontra um dos maiores produtores de vinho da Beira Interior, seguindo-se agora para uma nova localização, mantendo a filosofia de rotatividade e valorização do território. Concluiu afirmando que essa estratégia permite reforçar a identidade do evento, promover diferentes localidades do concelho e distribuir de forma mais equilibrada os benefícios associados à sua realização.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referiu que não se manifestava contra a itinerância do evento nem contra a realização da iniciativa em diferentes Freguesias do concelho. Esclareceu que a sua preocupação incidia exclusivamente sobre a preservação da identidade e do conceito original do evento, defendendo que este deverá continuar a distinguir-se pela sua componente ligada ao setor vitivinícola, aos produtores e à valorização do território, independentemente do local onde venha a realizar.

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as Normas Gerais de Participação do evento “Há Beira e Douro 2026”, a realizar no dia 18 de julho de 2026, na freguesia de Longroiva.

Ponto 13- Proposta de Aprovação da Nova Identidade gráfica do Município;

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, referiu que, não obstante já ter sido feita a apresentação geral da nova Identidade Gráfica do Município na reunião ordinária de 27 de abril 2026 em virtude do Senhor Vereador Carlos Fial não ter estado presente e se ter feito substituir na mesma, prontificou-se a que o mesmo pudesse visualizar a imagem apresentada pela empresa contratada para o efeito, o que foi prontamente aceite por todos os presentes e uma vez mais visualizada.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referiu, em primeiro lugar, que não considera pertinente centrar a análise em critérios meramente estéticos, por entender que esse tipo de apreciação é inevitavelmente subjetivo e dependente dos gostos pessoais de cada um. Considerou que decisões desta natureza não devem assentar apenas em preferências individuais, sob pena de, no futuro, cada novo executivo alterar sucessivamente a marca da Mêda apenas



por razões de gosto pessoal. Defendeu, por isso, que a questão deve ser analisada sobretudo numa perspetiva funcional e estratégica, reconhecendo a necessidade de dotar o Município de instrumentos adequados de comunicação, promoção institucional e marketing territorial. Nesse sentido, afirmou concordar com a necessidade de resolver esta matéria e de criar uma imagem coerente e adaptada às exigências atuais de comunicação. Acrescentou não colocar em causa a qualidade técnica do trabalho apresentado, considerando tratar-se de uma proposta fundamentada e desenvolvida com rigor. Manifestou ainda a expectativa de que a nova identidade tenha tempo para se consolidar junto da população e que os munícipes se possam identificar com ela e sentir orgulho na sua utilização. Reconheceu que existirão sempre opiniões divergentes relativamente aos aspetos técnicos e visuais da proposta, havendo quem goste mais ou menos da solução adotada, mas salientou que isso é natural em matérias desta natureza. Ainda assim, considerou que a proposta responde às necessidades comunicacionais atualmente existentes. Referiu também que, na sua opinião, a utilização exclusiva do brasão institucional para efeitos de comunicação não tem produzido os resultados desejados nos últimos anos. Esclareceu, contudo, que isso não significa que o brasão deva ser abandonado, uma vez que continua a representar a heráldica e a identidade institucional do concelho, mantendo o seu valor e função próprios. Concluiu afirmando que não se opôs à votação do Manual de Normas Gráficas e da proposta de identidade visual apresentada. Aproveitou ainda para agradecer a realização da apresentação efetuada, recordando que inicialmente tinha manifestado preocupação por não ter recebido documentação de suporte, uma vez que não esteve presente, na reunião em que foi apresentado a identidade gráfica pela primeira vez, manifestando que a apresentação permitiu um contacto mais aprofundado com a proposta.

O **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Nova Identidade Gráfica do Município e dar conhecimento da presente deliberação na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. -----

Encerramento - Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião pelas dezasseis horas e trinta minutos. Para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente Ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que compreende treze páginas, que vão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal de Mêda



(Eng. António César Valente Figueiredo)

A Secretária



(Leticia Lopes Almeida)

